

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1698640 - SC (2015/0295311-5)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO

AGRAVANTE : OI S.A

ADVOGADOS : WILSON SALES BELCHIOR - SC029708
CRISTINA GUERRA MOCELLIN E OUTRO(S) -
RS067935
CARLA CAROLINE FERREIRA LIMA E OUTRO(S) -
DF036505
AMANDA KARINA TORRES E OUTRO(S) -
SC033636

AGRAVADO : MARIA ALDAIR CARVALHO

AGRAVADO : ADRIANA CARNEIRO JARENTCHUK

ADVOGADOS : LAURETTE DUB PINTO CONTE E OUTRO(S) -
PR022217
GILSON ORTH - PR035584

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. **IRRESIGNAÇÃO SUBMETIDA AO NCPC.** AÇÃO DE EXIBIÇÃO. TITULARIDADE DE *E-MAILS* USADOS PARA PROPAGAÇÃO DE MENSAGENS DIFAMATÓRIAS. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA Nº 372 DO STJ. OMISSÃO DE JULGAMENTO ALEGADA EXTEMPORANEAMENTE. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. DECISÃO MANTIDA.

1. Aplicabilidade do NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

2. A Terceira Turma, apreciando embargos de declaração manejados contra acórdão havido em agravo interno no agravo em recurso especial, deliberou pela conversão do AREsp em REsp. Em seguida, o REsp foi julgado monocraticamente pela decisão ora agravada.

3. Incabível, assim, alegar, nesta oportunidade, o descabimento dos embargos de declaração acolhidos pela Turma, tendo em vista a ocorrência da preclusão.

4. Inaplicabilidade da Súmula nº 372 do STJ, nas ações em que pleiteadas informações acerca de *e-mails* utilizados para divulgação de mensagens difamatórias. Precedentes.

5. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Marco Aurélio Bellizze votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Moura Ribeiro
Relator